

DESENVOLVIMENTO LOCAL: GESTÃO DO TERRITÓRIO EM PEQUENAS CIDADES DO RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL

Ademir Araújo da COSTA.¹

Introdução

O trabalho ora em discussão tem como objetivo apresentar uma análise do desempenho de algumas gestões municipais em pequenas cidades do estado do Rio Grande do Norte, tendo como referência teórica a discussão sobre o desenvolvimento local. Dessa forma, recorreremos à pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, ao levantamento de dados junto às prefeituras desses municípios, à realização de entrevistas junto aos representantes do poder público local e da sociedade civil, além de observações diretas realizadas quando da visita, in loco, a esses municípios.

A estrutura do trabalho apresenta inicialmente uma breve discussão sobre o conceito de desenvolvimento no sentido amplo e de desenvolvimento local, fazendo uma análise dessa realidade em nosso país, para em seguida contextualizar o estudo propriamente dito e, finalmente, apresentar algumas considerações sobre essa realidade no estado tomando por base as cidades em análise.

1 Desenvolvimento: uma análise conceitual

No sentido amplo, o termo desenvolvimento pressupõe mudança ou transformação. Para tanto o desenvolvimento só é possível através “de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social” (SOUZA, 1996, p. 5).

Mesmo que o desenvolvimento pressuponha mudança, o termo não pode e nem deve ser reduzido ao processo de modernização da sociedade, nem deve ser compreendido como sinônimo de crescimento econômico. O desenvolvimento deve estar voltado para as estruturas econômicas e sociais, levando em conta cada realidade, considerada na perspectiva de sua autonomia, na qual haja mais igualdade e mais justiça social (COSTA, 2000).

Assim sendo, em qualquer sentido, o desenvolvimento, só deve ser visto como algo que busca mudanças positivas para a sociedade, não devendo ser entendido

¹ Professor do Departamento e do Mestrado em Geografia da UFRN e pesquisador da Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído. E-mail: ademir@ufrnet.br

apenas como desenvolvimento econômico, pois este se resume a uma conjugação de *crescimento* com *modernização tecnológica*, fazendo com que englobe apenas o aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo (SOUZA, 1997).

Nesse contexto, o desenvolvimento não deve ser confundido como crescimento nem como regulador de riqueza, uma vez que a economia só tem sentido com eficácia social, pois somente os indicadores de crescimento não significam sinônimo de desenvolvimento, pois tais indicadores nem sempre representam a realidade dos diversos segmentos sociais, uma vez que

o desenvolvimento econômico, embora seja uma condição importante no processo de desenvolvimento, tanto global quanto local, nunca é suficiente para definir o desenvolvimento social ou seja, um desenvolvimento com mais justiça social e melhor qualidade de vida para a maioria da população (COSTA, 2000, p. 37).

É preciso ter em mente que o desenvolvimento, geralmente, não se constitui em algo estático, mas dinâmico, pois implica em mudanças e transformações, não só das relações sociais, mas também do espaço que as suporta e as influencia. O desenvolvimento “deve ser considerado como um processo integral, cujas estratégias devem levar em consideração as individualidades dos diferentes espaços e grupos sociais” (COSTA, 2000, p. 38).

Assim, para que toda a sociedade atinja graus elevados de desenvolvimento é preciso autonomia da gestão pública tanto a nível global quanto local, pois autonomia, enquanto princípio,

exige a consideração do plano interno (a igualdade de chances de participação na tomada de decisões relevantes para a vida social), mas igualmente se leve em conta o plano externo (os interesses legítimos e a autonomia do Outro) não importando o quanto seja diferente de nós mesmos). [...]. Tanto no plano interno a uma sociedade quanto no plano externo, o pensamento autonomista é capaz de sustentar uma concepção de desenvolvimento simultaneamente mais radical, generosa e consistente que aquilo que foi permitido pelo projeto ‘socialista’ em qualquer de suas missões (SOUZA, 1997, p. 21).

Para tanto, é preciso um processo de descentralização “que transfere dos governos centrais para os governos locais a responsabilidade de gestão [...]. Além disso,

reafirmam uma perspectiva de tratamento pontual dos problemas sociais a partir dos municípios [...]” (BAVA, 1996, p. 54).

Sobre descentralização, Campanhola e Silva (2000) destacam que esta tem se tornado a grande moda do final do século XX. Para esses autores, não existe uma unidade de pensamento sobre essa nova forma de administração. Assim sendo, alguns estudiosos vêem como uma ferramenta importante para o desenvolvimento e para a redução da pobreza, outros vêem como forma de acentuar ainda mais a desorganização da coisa pública, já outros acreditam que contribui para disseminar a democracia no país.

Com base em Aiyar et al. (1996), os referidos autores acreditam que a descentralização pode trazer benefícios inestimáveis como:

O aumento de retorno dos governos à sociedade; o aumento do fluxo de informações entre o governo e a sociedade; a promoção de maiores atividades de participação e de associativismo; reforço e revigoramento da democracia [...]; a redução das disparidades regionais; a solução dos problemas da complexidade e da coordenação; atenção maior aos fatores sócio-culturais; adaptação do desenvolvimento às condições locais; e o reforço do compromisso do governo central com o desenvolvimento rural [...] (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 19).

Entretanto, os processos de descentralização que vêm ocorrendo nos países de Terceiro Mundo ainda são muito incipientes, uma vez que o repasse dos recursos federais e estaduais para que os municípios possam desempenhar os novos papéis que lhes são atribuídos, não atendem as suas necessidades reais.

Nesse sentido, Bava (1996, p. 54) ressalta que, “a proposta do desenvolvimento local pode ser entendida como uma transferência de responsabilidade” sem, no entanto, oferecer um suporte de capacidade de gestão para que os governos municipais possam desencadear políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento local. Com efeito, os problemas sócio-espaciais do território municipal podem até se agravar em face dessa conjuntura. Entretanto, é importante destacar que os recursos não são tudo. Para melhorar a vida das pessoas é preciso ter iniciativa, ter vontade política e, acima de tudo, conhecer as necessidades e aspirações de cada segmento social.

O município deve ser visto como uma instância que se torne mais viável à implementação de tais políticas de forma a oferecer o bem-estar da população, através do acesso aos bens culturais e de serviços, tendo, com efeito, a melhoria da qualidade de vida.

Para Salgado (1996, p. 49), atualmente, “desenvolver o município, corresponde a forma de gerenciar os problemas [...], é melhorar a qualidade dos serviços aos cidadãos e procurar o desenvolvimento humano” e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico.

As experiências novas dos governos locais que vêm sendo implementadas no Brasil têm se constituído numa referência da capacidade local de dar respostas aos problemas de desenvolvimento. É necessário que essas experiências procurem promover a melhoria da qualidade de vida da população local, através de ações que propiciem o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental (SALGADO, 1996).

Essa nova forma de administrar é de fundamental importância para o município, pois somente assim, ele pode assumir o seu real papel de articulador do desenvolvimento. É importante destacar aqui, que essas experiências têm sido revestidas muitas vezes de ações integradas entre o poder público e privado, imbuídas de uma constante preocupação

em atender a princípios como racionalização das atividades em função da prestação, peculiaridades da eficiência e da economia de tempo e dinheiro; planejamento de atividades que atendam aos locais; identificação da melhor forma para execução de obras e serviços públicos visando maior eficiência de redução de custos operacionais; e outros fatores que distinguem o processo de gestão dos municípios e facilitem seus procedimentos como agente promotor do desenvolvimento (SALGADO, 1996, p. 50).

Por conseguinte, tais experiências só têm atingido resultados positivos quando são acompanhadas pela participação popular nas ações a serem planejadas e empreendidas pelo gestor municipal, se constituindo num direito do cidadão.

Neste sentido, é importante ressaltar que a Constituição de 1988 prevê a participação dos setores da sociedade civil organizada na formulação e execução das políticas públicas e, acima de tudo, na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tanto a nível federal quanto a nível estadual e municipal. A participação das comunidades locais, principalmente das pequenas cidades, no uso e fiscalização desses recursos deve garantir uma maior eficiência das ações dos governos locais em benefício da sociedade.

É de se lamentar que a grande maioria dos municípios do nosso país convive com formas conservadoras e autoritárias de poder. Nesses municípios, a população tem ficado à margem das discussões e decisões das ações que o poder local possa fazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas. O que percebemos é que o poder local, na

maioria das vezes, tradicional e autoritário, tem funcionado à base de relações políticas de troca de favores, que se reveste em apoio eleitoral.

Os Conselhos Municipais são canais importantes dessa participação e está na hora de exercerem o seu papel, ou seja, que se transformem em espaços reais de participação cidadã e de controle social. Através desses conselhos, a população pode participar do processo, uma vez que estes (conselhos) devem se constituir em organismos de composição paritária entre governo e sociedade, cuja função deverá ser a formulação e o acompanhamento da execução das políticas de: educação, saúde, agricultura, merenda escolar, assistência social etc, como forma de atender, não aos interesses de grupos, mas as aspirações da sociedade como um todo (ANDRADE, 2002).

2 Desenvolvimento local: uma nova forma de gestão pública?

A exemplo de outros países, a prática do desenvolvimento local no Brasil é muito recente, tendo sido iniciada, segundo alguns estudiosos, no começo da década de 1990 do século passado, com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988. Entretanto, segundo alguns estudiosos, não se pode dizer que anteriormente não se praticava em nosso país o desenvolvimento local, mas não se utilizava o termo como atualmente, uma vez que não era “moda” a utilização do referido termo. Entretanto, a forma desse desenvolvimento de outrora é que difere das experiências exercidas atualmente em algumas cidades do país.

Para os defensores dessa tese de que todas as ações que são implementadas num determinado local e, que tenham por objetivo valorizar e melhorar materialmente a vida das pessoas são ações de desenvolvimento local e afirmam que essa prática já se faz presente no Brasil há bastante tempo.

Nesse contexto, o desenvolvimento local corresponde a todo e qualquer processo de desenvolvimento sócio-espacial (social, econômico, cultural e ambiental), utilizando diversos procedimentos, de natureza empírica e voluntarista, determinado pela união das potencialidades, competências e capacidades de cada grupo, integrando todas essas potencialidades, fragilidades e necessidades de um determinado local.

No entanto, indo de encontro com a tese acima analisada, outros estudiosos defendem que é preciso ter clareza de que para ocorrer o desenvolvimento local é necessário levar em conta a participação popular no processo de decisão, de gestão e destinação dos recursos públicos nas ações empreendidas pelo poder local, ações estas definidas pela população através dos seus órgãos de representação. Assim, essa concepção leva em consideração a natureza democrática dos processos sociais e de tomada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas.

Segundo Montágua (1998), para que ocorra o desenvolvimento local é preciso integrar todas as práticas setoriais e temáticas da base para o topo, uma vez que, até então, eram utilizadas de forma dispersa, em busca de objetivos consensuais, capazes de oferecer coerência a uma estratégia comum para o desenvolvimento interno e das relações com os outros, também autodeterminados e cada vez mais articulados de forma solidária.

O referido autor destaca que é preciso haver uma construção do global-local como forma de se distanciar da globalização antidemocrática e incontrolável que vem se verificando atualmente a nível mundial e destaca ainda que para haver o desenvolvimento local é preciso que seja aplicada uma pedagogia da participação popular para que as pessoas que vivem em cada local possam, cuidando deles e de si próprias, desenvolver, em sustentável simbiose, uma identidade social que mesmo sendo diferentes não pode deixar de ser democrática e solidária entre si.

Dessa forma, o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo complexo eminentemente sócio-político-cultural, resultante da evolução democrática das lideranças locais através de métodos e práticas de planificação motivadora de participação popular ativa e respeitando o princípio “de baixo para cima”, ou seja, da base para o topo (MONTÁGUA, 1998).

É importante lembrar que o desenvolvimento local não deve ser apenas a expressão de uma vontade política forte de um grupo ou organização em querer planejar e desenvolver o território de todos, mas deve ser a resultante tecnicamente trabalhada da vontade expressa pelo maior número de pessoas que estão nele inseridos, pois sem liberdade e práticas democráticas substantivas, não é possível o desenvolvimento das sociedades.

Diante dessa análise sobre desenvolvimento local, podemos concluir que as ações até então desenvolvidas em nosso país tinham um caráter eminentemente autoritário e tecnocrático, destituídas da participação popular. Tais experiências estavam voltadas muito mais para os interesses da classe dominante do que para os interesses dos segmentos sociais que diretamente seriam beneficiados, indo, portanto, de encontro à concepção acima abordada.

Além disso, não existia, como ainda não existe, uma descentralização administrativa, que repassasse aos municípios a responsabilidade de formular e executar políticas públicas, se constituindo como um dos empecilhos para que o desenvolvimento local se caracterizasse como uma prática comum no país.

Até 1945, os municípios brasileiros não tinham qualquer importância política. Exerciam funções burocráticas ou puramente administrativas. Com a Constituição de 1946 eles ganham alguma autonomia, que foi perdida com o golpe militar de 1964.

Mesmo assim, as políticas públicas de desenvolvimento em nosso país continuaram dentro da perspectiva de que o Estado era o principal agente responsável pelo modelo da economia e as desigualdades sócio-econômicas regionais eram vistas como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Além disso, tais desigualdades, na visão de segmentos da política e da economia, poderiam ameaçar o equilíbrio sócio-econômico do país como um todo (COSTA; CUNHA, 2003).

Somente nos anos 1960 e 1970 é que algumas ações foram introduzidas com vistas a minimizar os efeitos dessas desigualdades, quando foram desencadeadas políticas de créditos e políticas fiscais, associadas a programas de modernização de infra-estrutura de transporte e de energia, como forma de fomentar o crescimento industrial das regiões Nordeste e Norte e, posteriormente a expansão da agroindústria para a região Centro-Oeste.

Entretanto, esse processo de desenvolvimento empreendido pelo Estado revelou-se vulnerável e ineficaz, não ocorrendo uma redução de tais desigualdades, entrando em crise o mecanismo que sustentava o modelo nacional desenvolvimentista, de financiar gastos e investimentos públicos por meio do endividamento interno e externo” (COSTA; CUNHA, 2003, p. 70).

Além disso, no período de 1950 a 1960, quando o país inicia o seu processo de industrialização de forma sistemática, a visão da classe política e de alguns estudiosos era de que o desenvolvimento só era possível através do planejamento do Estado, realizado por tecnocratas e, que este (o Estado) deveria impor tais planos, de cima para baixo, ao conjunto da sociedade, sem conhecer a realidade de cada região, sendo o desenvolvimento pensado em termos globais e coordenado pelo poder central sem levar em conta os interesses particulares de grupos regionais ou locais.

Dessa forma, o desenvolvimento significava, acima de tudo, expandir a produção interna e a oferta de bens e serviços padronizados para o mercado interno na expectativa de que os efeitos multiplicadores dos investimentos sobre a geração de emprego e renda produzissem os resultados esperados em termos de equidade e justiça, fato que nunca ocorria.

Na década de 1980, a luta pela redemocratização do país levou a uma ampla discussão sobre a autonomia dos governos locais. A Constituição de 1988 é elaborada com características descentralizadoras, mas essa descentralização não ocorreu na mesma

medida quando o assunto é os recursos. O que se tem no Brasil atualmente é “autonomia relativa”. Os municípios têm obrigação de desenvolver e Implementar ações nas áreas sociais, de saúde e educação, mas não têm condições financeiras para tal.

Mesmo reconhecendo que antes da década de 1990 já existiam, mesmo de forma reduzida, pessoas e organizações intencionadas em difundir a filosofia do desenvolvimento local, não existia de fato, uma assimilação generalizada dos princípios e metodologias fundadoras dessa prática bem como uma política de interesse para que esse modelo fosse difundido no país.

A partir dos anos 1990, a nível geral foram introduzidas mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais de forma a afetaram as formulações tradicionais sobre o desenvolvimento no mundo e no Brasil e que favoreceu uma mudança de mentalidade por parte da sociedade em geral. Segundo Costa e Cunha (2003, p. 72-73), entre essas mudanças podem ser destacadas:

a acumulação de capital passou a depender, cada vez mais, da incorporação do valor agregado por inovações constantes nas tecnologias de produção, bem como da capacidade de aumentar, de forma sustentada, a participação em segmentos de mercados transnacionais; [...];

o enfraquecimento dos Estados nacionais, com o surgimento de formações de políticas supranacionais e o fortalecimento de regiões e cidades, principalmente em decorrência da busca de sinergia no emprego dos fatores de produção [...];

os avanços tecnológicos nas comunicações e nos transportes possibilitaram dividir os processos produtivos por fases e lugares, superando o modelo fordista de grandes concentrações urbano-industriais e estimulando a descentralização, em termos espaciais, das cidades produtivas;

transpuseram-se para o governo e para a administração pública tecnologias de gestão e critérios de avaliação de desempenho utilizados pelas empresas privadas; velocidade, flexibilidade, maleabilidade, modernidade e competitividade tomaram-se palavras de ordem para países, regiões e cidades, implicando a necessidade de descentralizar estruturas decisórias entre os níveis de governo e dos governos para as empresas e a sociedade civil;

eliminaram-se as diferenças entre padrões de consumo de bens e serviços, assinalando-se ao mesmo tempo, o modelo oferecido pelos países mais ricos no respeito a crenças, valores e instituições; o cosmopolitanismo, antes exclusivo dos grupos privilegiados, difundiu-se por todas as camadas sociais;

estabeleceu-se o tribalismo cultural, pois, ao mesmo tempo que se reforçou a homogeneidade de padrões de consumo e dos esquemas culturais a eles associados, surgiram espaços de resistência nos quais grupos sociais procuraram construir e afirmar sua identidade e seus interesses singulares perante a comunidade; reforçou-se, com isso, o sentido de participação e a busca de formas de influir nas decisões coletivas que transcendem os limites de representação política tradicional; ao mesmo tempo, difundiu-se a percepção de que o bem-estar dos indivíduos está estreitamente associado às condições oferecidas pelo seu entorno.

Diante desse elenco de mudanças assinaladas percebemos uma mudança na forma de pensar o desenvolvimento, na qual é dada ênfase “a importância da diferenciação, da cooperação, da participação e da obtenção da qualidade de vida similar àquela desfrutada pelas classes médias e ricas”, fazendo com que “a relação efetiva do desenvolvimento adquire complexidade muito maior do que o simples crescimento do produto e da renda” (COSTA; CUNHA, 2003, p. 73).

Mesmo assim, no Brasil, a prática do desenvolvimento local é ainda muito incipiente e pontual e que a população em geral não tem demonstrado conhecimento dessa nova forma de administrar e não tem pressionado o poder público para fazer valer os seus direitos de participação do processo de decisão de gestão, conforme prevê a Constituição em vigor.

Para tanto, podemos citar exemplos de gestões participativas em algumas cidades do país, tendo como exemplos mais concretos as cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife e algumas cidades do interior nas quais foram introduzidas a experiência do orçamento participativo e a participação de organizações representativas da sociedade na forma de gestão dessas cidades. Por outro lado, na maioria dos demais municípios do país, conforme vimos, têm privilegiado a forma tradicional de gestão pública, convivendo com formas conservadoras e autoritárias relegando a participação da população nas discussões e decisões das ações do poder público municipal em benefício dos interesses da sociedade.

Mesmo assim, percebemos que alguns administradores, mesmo atrelados ao tradicionalismo, mas imbuídos de um espírito renovador, têm procurado desenvolver um trabalho integrado com a equipe de governo e procurado realizar um trabalho eficaz que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das pequenas cidades por eles administradas, favorecendo o desenvolvimento local das mesmas.

Nas atuais condições sócio-econômicas da sociedade brasileira, o desenvolvimento local não pode ser analisado sem discutir inicialmente a problemática da necessidade da geração de emprego e renda. As condições dos municípios são limitadas, mas esse tipo de experiência demonstra, que o governo local, pode assumir tarefas que contribuem para romper circuitos fechados de acumulação, gerando emprego e renda e incentivando formas de organização de produção e de cooperação, favorecendo assim a melhoria da qualidade de vida da população.

O gestor público empenhado em combater a pobreza e a exclusão social e a criação de alternativas de emprego e renda voltada para o desenvolvimento local, não pode mais desvincular este desenvolvimento da criação e do fortalecimento das redes de relações locais. Com a finalidade de resgatar e valorizar o saber local, o gestor precisa respeitar os hábitos, os valores e as formas de organização social, de forma que permita estimular a capacidade de organização das comunidades e, a partir daí, pensar na elaboração de projetos e planos de desenvolvimento (PAULICS, 2001).

Segundo Dowbor (2004), para que o desenvolvimento local possa ocorrer é necessária e fundamental a elaboração de quatro planos de intervenção, que passaremos a enumerá-los a seguir:

- A Criação de condições do ambiente social ou econômico se constitui num plano importante de atuação do governo local como forma de articular medidas que propiciem o desenvolvimento do município. Segundo o referido autor esse tipo de intervenção procura eliminar fatores que impedem o desenvolvimento do município, mas adverte que esses fatores nem sempre estão sob o controle direto da administração municipal, mas muitas vezes é possível produzir soluções que “contornem” um determinado fator restritivo. Além disso, a intervenção que objetiva o desenvolvimento não deve ficar restritiva à criação direta de empregos, pois a capacidade do governo local para fazê-lo é muito baixa, mas tem múltiplas formas de produzir um ambiente favorável na geração de emprego.

É importante a ação do poder local em intervir nas condições ambientais para enfrentar círculos fechados de acumulação. É o caso, por exemplo, dos grandes proprietários que arrendam a terra e passam a controlar a venda de insumos agrícolas e sementes. É importante que o gestor mantenha relações diretas entre o consumidor e o produtor,

pois somente assim será possível melhorar a distribuição de renda e a qualidade de vida dos produtores rurais e dos consumidores urbanos.

E importante ainda que os entraves legais e administrativos existentes sejam eliminados, pois contribuirá para o estímulo ao desenvolvimento local. Essas iniciativas contribuem para liberar o potencial de iniciativa dos cidadãos mais humildes, evitando que a iniciativa econômica seja monopólio daqueles que podem assumir os custos gerados pelas restrições legais e administrativas;

- A Qualificação de mão-de-obra é outro plano importante, pois o perfil da mão-de-obra local muitas vezes impede o acesso a postos de trabalho, principalmente aqueles que exigem maior qualificação, no que resulta num fator de repulsão de investimentos locais. É necessário que além do ensino formal, o gestor se preocupe em oferecer um conjunto de cursos práticos que permitam aos cidadãos mais humildes ter acesso ao mercado de trabalho e que lhes garanta uma vida mais digna;
- A Intervenção em setores de grande efeito multiplicador se constitui como o terceiro plano de intervenção no desenvolvimento local. Este plano corresponde à atuação do poder público nos setores mais ou menos permeáveis aos empregos. Assim, como as dinâmicas intersetoriais são muito diferenciadas, alguns setores têm maiores condições de gerar emprego a partir de ações de âmbito local. É importante observar que, na maioria dos municípios brasileiros de grandes dimensões territoriais, é possível promover articulações cidade-campo que permitiriam iniciativas de sucesso, tomando-se cidade e campo como unidades complementares. Essa iniciativa representa para esses municípios a implantação de políticas de abastecimento para o núcleo urbano que complementa a política de apoio ao homem do campo.

Outro espaço de intervenção local no processo de desenvolvimento corresponde às franjas inferiores do mercado, para alguns tipos de produtos ou serviços, uma vez que a concentração de renda rompe com a unidade de mercado fazendo com que este se segmente por níveis de renda. Dessa forma, os extratos mais baixos necessitam de alternativas de produtos mais baratos em relação aos produtos produzidos pela economia formal. Corresponde a um espaço econômico que pode ser ocupado através de materiais alternativos e que absorve tecnologias diferentes da economia formal uma vez que se caracterizam por serem altamente poupadoras de capital e pelo uso intensivo de mão-de-obra;

- A articulação de desenvolvimento local com atores e dinâmicas externas constitui-se, segundo o referido autor, no último plano de intervenção que tem uma importância fundamental para assegurar o desenvolvimento local. A criação de um ambiente propício ao desenvolvimento local pode surgir de uma articulação eficaz das dinâmicas

econômicas e sociais locais com dinâmicas mais amplas. É importante poder identificar as oportunidades que essas dinâmicas apresentam em desenhar ações articuladoras com o governo local tomando a iniciativa, e não só se colocando à espera de iniciativas externas. Nesse tipo de iniciativa deve-se identificar as oportunidades que podem ser aproveitadas, de acordo com as características da economia e da sociedade local, sendo muitas vezes classificado como “vocação” do município, entretanto, essa “vocação” não pode gerar uma organização econômica excessivamente especializada, para não correr o risco de tornar vulnerável a economia local.

Além desses planos de intervenção para o desenvolvimento local acima arrolados, o referido autor reforça que   possível a realização, por parte do gestor público, de outras a es que contribuem para transformação da sociedade, tanto no campo da organização da produção quanto nas relações de solidariedade.

Assim sendo, os governos locais podem desempenhar um papel importante no estímulo   organização da produção alternativa a empresas capitalistas e não capitalistas. Para tanto, o estímulo   organização comunitária da produção pode ser orientado pelo governo local para que essas empresas sociais atinjam um plano superior de produção e busque novas formas de ajuda e cooperação com vistas a superar o assistencialismo, considerado como uma prática tradicional ao longo da história da administração pública. Dessa forma, o governo local poderá fornecer orientação e controle, auxiliando as iniciativas da comunidade a atingirem um nível superior de organização das atividades a ela inerente (DOWBOR 2004).

Outro ponto que o referido autor chama a atenção para implementar o desenvolvimento local é a constituição de formas de cooperação descentralizada, como os sistemas de ajuda horizontal, tendo como exemplo o estabelecimento de convênios entre hospitais locais com hospitais do exterior. Esse tipo de ajuda pode focar muitas vezes o intercâmbio e a disseminação de experiências, suprindo os governos locais e as iniciativas comunitárias de informações e conhecimento técnico.

Além dessas a es acima elencadas, muitas outras experiências existem e que podem ser postas em prática, dependendo da realidade de cada município bem como da vontade política do gestor local em fazer valer os interesses e aspirações da comunidade por ele administrada.

É dentro dessa perspectiva que tentaremos discutir a seguir a a o de gestões municipais de algumas cidades do estado do Rio Grande do Norte e que tem se constituído como exemplo a ser seguido de administrações que vem dando certo.

3 Recorte espacial: uma breve contextualização

Antes de discutirmos a gestão do território em algumas pequenas cidades do Rio Grande do Norte, convém fazermos uma breve contextualização da área em que tais cidades estão inseridas, uma vez que a dinamicidade de uma cidade sofre influência da região à qual pertence, como também influencia a dinâmica regional, levando em consideração o papel desempenhado por cada cidade na rede urbana em que está inserida.

Nesse contexto, nos últimos trinta anos, o Rio Grande do Norte vem passando por um processo de redefinição de suas bases produtivas, fazendo com que o estado se destaque no cenário nacional. Tal processo, afetado pela contradição da seletividade não contempla a área do estado como um todo, uma vez que algumas dessas áreas tiveram suas bases econômicas fragilizadas em virtude da queda de produção e das transformações na economia nacional, provocando alterações na dinâmica espacial das pequenas cidades, como é o caso da Microrregião do Agreste Potiguar onde as cidades a serem analisadas estão inseridas.

Com efeito, isto tem acarretado inúmeras dificuldades às gestões municipais, uma vez que o poder público em geral não tem oferecido, de forma igualitária, a assistência necessária ao desenvolvimento das ações locais, de modo a oferecer às populações desses municípios meios que visem à melhoria das condições de vida das mesmas. Assim sendo, esses municípios vêm passando por momentos de dificuldades e de incertezas, inviabilizando muitas vezes o desencadeamento de uma política de desenvolvimento, como forma de amenizar a situação de penúria vivida pela população local.

Mesmo diante desse cenário de crises, boas iniciativas vêm se destacando entre algumas gestões municipais do estado que tem dado certo, pois o intercâmbio entre o administrador, a equipe de trabalho e a população local faz a diferença.

4 Desenvolvimento local e gestão do território em pequenas cidades do Rio Grande do Norte

Para discutirmos a questão do desenvolvimento local no estado do Rio Grande do Norte tomamos como exemplos às cidades de Serra Caiada e Monte Alegre, ambas localizadas na Microrregião do Agreste Potiguar.

Inicialmente, é importante destacar que a base econômica do Agreste Potiguar esteve sempre atrelada, durante longo período da sua formação, às atividades primárias, principalmente as culturas de subsistência e a criação de gado bovino. Nos últimos anos, diversos fatores de ordens natural e social têm contribuído para afetar a sua economia, uma vez que vem ocorrendo um declínio da produção dessas atividades e, com efeito, tem se refletido num enfraquecimento do setor produtivo em geral. Por outro lado, no

cenário estadual constamos um processo de reestruturação produtiva de novas atividades econômicas, como a produção de petróleo, o turismo, a fruticultura irrigada, a carcinicultura etc., que vem garantindo ao estado uma posição de destaque com relação às médias regional e nacional (CLEMENTINO, 2003).

No entanto, o Agreste Potiguar, vítima de uma crise econômica nas suas bases produtivas, não foi contemplado, nesse período, com nenhuma das novas atividades econômicas que estavam em curso na economia estadual, privilegiando, principalmente, as demais microrregiões. Além disso, a ausência de políticas públicas direcionadas às pequenas cidades interior, contribuiu para que o Agreste Potiguar apresentasse os mais baixos índices de desenvolvimento econômico do estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1998) uma vez que as políticas empreendidas pelo poder público são carreadas para as principais cidades do estado em detrimento das pequenas cidades que compõem toda a rede urbana da Microrregião em questão.

É este o cenário em que estão inseridas as cidades de Serra Caiada e Monte Alegre, ou seja, incrustadas em uma área do estado que se caracteriza pela pobreza e pela falta de investimentos públicos e privados.

Mesmo assim, apesar deste cenário de crise, as cidades em questão, nos últimos anos, vêm apresentando mudanças significativas no seu desenvolvimento, tendo como referência administrações voltadas para resolver os problemas vividos pela população moradora.

4.1 Caracterização geral de Serra Caiada

Localizado numa área de transição entre o Agreste e o Sertão, o município de Serra Caiada é cortado pela BR 226 e RN 120, situado a 70 quilômetros da capital do estado. Possui uma área de 190,2 km², equivalente a 036% da área total do estado e uma altitude média de 129 metros acima do nível do mar.

Com relação aos seus aspectos físicos, possui um clima predominantemente semi-árido, com média pluviométrica anual que varia entre 400 a 555 mm, temperatura média anual de 25,6° C e uma umidade média de 72%. Com relação aos solos há uma incidência de solos arenosos, predominando dois tipos característicos: O regossolo eutrófico, possui fertilidade natural média, textura arenosa, relevo suave ondulado, medianamente profundo e bem drenado. O outro é o planossolo sólido, com fertilidade natural alta, textura argilosa e arenosa, relevo suave e ondulado, imperfeitamente drenados e rasos. Quanto ao uso o regossolo é muito utilizado na cultura da mandioca e em menor escala com milho e feijão. Apresenta restrições ao uso agrícola devido à carência d'água, decorrente do longo período seco. Por outro lado, o planossolo é utilizado, principalmente,

com a pecuária e em pequenas áreas no cultivo do milho e feijão consorciados, além do sisal e da palma forrageira em alguns locais. Seu aproveitamento racional com a pecuária requer melhoramento das pastagens e intensificação da palma forrageira, uma vez que esta cultura representa uma garantia para a sobrevivência do rebanho. Entretanto, apesar de apresentar solos relativamente bons para a agricultura, devido à escassez de chuvas e a falta de incentivo governamental ao homem do campo, muitas dessas áreas encontram-se improdutivas, sem exercer a sua função social. O relevo, por sua vez, possui uma superfície plana com altitudes variadas entre 100 e 200 metros, tendo em vista que aí têm início, no sentido norte-sul, os primeiros afloramentos rochosos da Chapada da Borborema. Devido esse aspecto, observamos que em alguns trechos a suavidade do relevo é quebrada por altitudes que excedem essa média, atingindo 285 e 358 metros, representadas pelas Serra Caiada e do Mel, respectivamente. Reflexo do clima predominante e da pouca incidência de chuvas durante o ano, a hidrografia do município é temporária, representada principalmente pelos rios Jundiáí, Trairi e Catolé e por dezenove lagoas espalhadas pelo seu território municipal. Além disso, é importante destacar a existência de diversos açudes que abastecem as comunidades rurais, principalmente para o consumo animal, uma vez que praticamente todo o município é abastecido pelo sistema adutor da Lagoa do Bonfim. Quanto à vegetação, esta se caracteriza por ser pobre, predominando a caatinga hipoxerófila que apresenta arbustos e árvores de pequeno porte com espinhos. Entre as espécies destacam-se a catingueira, angico, juazeiro, braúna, marmeleiro, mandacaru, umbuzeiro e aroeira. Entretanto, é importante ressaltar que essa vegetação encontra-se praticamente descaracterizada, com uma formação de caatinga secundária em alguns trechos e, em outros, de campos limpos, utilizados basicamente para pastagens, em virtude de que, devido ao surto algodoeiro que se consolidou até o terceiro quarto do século XX na região e, principalmente no referido município, a área foi desmatada, alterando substancialmente a sua paisagem natural (RIO GRANDE DO NORTE, 2003a).

Quanto aos aspectos humanos, o município possuía em 2000, segundo o Censo Demográfico (2000), uma população de 7.005 habitantes, sendo que 56,52%, aproximadamente, residiam na zona urbana e apresentava uma densidade demográfica de 37 habitantes por km² e uma taxa de crescimento de 1,76% (RIO GRANDE DO NORTE, 2003a).

Com relação à sua economia, o município tem nas atividades agropastoris a sua principal base econômica, com destaque para as tradicionais culturas de castanha de caju, mandioca, milho e feijão e bovinocultura leiteira, com produção em pequena escala. O município conta com aproximadamente 5.200 cabeças de gado bovino seguido de 1.840 de ovinos (RIO GRANDE DO NORTE, 2003a).

Salientamos que o índice de produtividade econômica do município, a exemplo dos demais da região, varia de acordo com os índices pluviométricos. No ano em que ocorrer uma distribuição de chuvas regulares no período propício, teremos uma produtividade alta em todos os produtos básicos cultivados, fator que se reflete na melhoria das condições de vida da população; no ano em que as chuvas forem fracas e mal distribuídas no período, ocorre uma queda substancial na produção econômica e, ao mesmo tempo, efeitos danosos nas condições de vida da população.

Com base nas características arroladas acima, podemos perceber que a situação do município não foge à regra da maioria dos municípios do Nordeste, uma vez que as condições naturais associadas ao descaso do poder público, têm contribuído para que o município tenha enfrentado, ao longo de sua história, dificuldades das mais diversas que impediram o seu desenvolvimento e tenha contribuído para consolidar o estado de pobreza que predomina em todo o seu território municipal.

4.2 Caracterização geral de Monte Alegre

Localizado em plena Microrregião Agreste Potiguar, o município de Monte Alegre encontra-se distante 34 quilômetros da capital do estado, sendo cortado em toda a sua extensão pelas RN 160 e 317. Possui uma área de 211,0 km², o que corresponde a 0,39% da área total do estado, estando situado a uma altitude média de 52 metros acima do nível do mar.

Em se tratando dos aspectos físicos, apresenta um clima tropical chuvoso com verão seco e estação chuvosa adiantando-se para o outono, com médias pluviométricas em torno de 960 mm de chuvas ao ano, temperatura média anual em torno de 26° C e uma umidade relativa em torno de 76%. Quanto aos solos há uma predominância de latossolo vermelho amarelo distrófico e solos aluviais eutróficos. Os primeiros apresentam fertilidade natural baixa, textura média, relevo plano, fortemente drenados, muito profundos e porosos. O segundo possui fertilidade natural alta, textura argilo-arenosa, relevo plano, imperfeitamente a moderadamente drenados, medianamente profundos. O latossolo, em certos trechos, é utilizado com fruticultura tropical, além de mandioca, milho, feijão e pastagens e os solos aluviais são cultivados, na maior parte da área, com o cultivo da cana-de-açúcar e pastagens, além de fruticultura e as culturas de feijão, castanha de caju, batata doce e mandioca. Devido à umidade presente na maioria dos solos o município não sofre os efeitos da seca, conforme averiguado no município de Serra Caiada, fazendo com que a área do município seja praticamente toda produtiva, exercendo assim a função social da terra. Quanto ao relevo, devido à localização geográfica, este se apresenta predominantemente plano a ondulado, não se percebendo formação de afloramentos rochosos de expressão em todo o seu território, com altitudes que não ultrapassam os 100

metros. Devido a uma relativa incidência de chuva durante o ano, percebemos que apesar de predominar rios temporários, existem alguns rios que permanecem com um pequeno volume de água durante todo o ano, em virtude da existência de algumas nascentes que alimenta de água alguns vales dos pequenos rios existentes. O município encontra-se totalmente inserido na bacia do Trairi, além da presença do rio Ararai. Também existem diversas lagoas que complementam a sua hidrografia, podendo ser destacadas: Carnaúba, dos Macacos, Xique-xique, dos Cavalos, Cajueiro e dos Pagões. Quanto à vegetação, predomina a Floresta Subperenifólia que permanece sempre verde durante o ano e possui grande numero folhas largas, troncos relativamente delgados, densa e o solo apresenta-se recoberto por uma camada de húmus. Além disso, existe também a Floresta Subcaduciólia que se caracteriza por apresentar queda das folhas durante o período seco, pois se localiza nas áreas de menor umidade (RIO GRANDE DO NORTE, 2003b).

Com relação aos aspectos humanos, o município apresentou, segundo o Censo Demográfico (2000), uma população de 18.874 e desta, 40,03% está localizada na zona urbana, uma densidade demográfica aproximada de 89,83 habitantes por km² e índice de crescimento em torno de 1,96% (RIO GRANDE DO NORTE, 2003b).

Quanto à economia, o município se caracteriza pela predominância da pequena e média propriedade, se destacando a cultura de subsistência, mandioca, fruticultura em geral e pecuária leiteira e de corte. Quanto à pecuária, esta se intensifica nas médias propriedades com um efetivo de rebanho em torno de 12.100 cabeças de gado bovino seguido de ovino com 2.100 (RIO GRANDE DO NORTE, 2003b).

Com base nas características do município em questão, podemos perceber que Monte Alegre apresenta um diferencial em relação a Serra Caiada, pois estar localizado em uma área mais próxima do litoral, oferecendo amenidades climáticas e econômicas. Entretanto, o município também padece das mesmas dificuldades de recursos enfrentados por qualquer município de uma região como a Nordeste e que o gestor local precisa encontrar formas de equacionar a problemática existente, uma vez que a base da receita do município, a exemplo de Serra Caiada, se constitui no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

4.3 A gestão do território em Serra Caiada e Monte Alegre: um exemplo de desenvolvimento local em pequenas cidades do Rio Grande do Norte

A discussão que apresentaremos aqui não se constitui em fatos isolados na forma de administração de cidades no estado do Rio Grande do Norte, mas são exemplos de administrações em pequenas cidades que vem dando certo e que achamos por bem trazer aqui essas duas experiências como forma de contribuir para uma reflexão sobre essa temática.

Através das visitas feitas as duas cidades com vistas a averiguar a ação das administrações iniciadas no período de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2004, percebemos que tais ações não se coadunam com a filosofia do desenvolvimento local propriamente dita, uma vez que a população não tem uma participação direta nas decisões das ações administrativas, mas que a forma de gestão das mesmas se constitui num diferencial em relação a maioria das cidades administradas no estado.

Inicialmente, constatamos que cada administrador está ligado tradicionalmente a política local, mas são pessoas imbuídas de um espírito renovador e têm procurado desenvolver um trabalho em equipe, de forma que a integração entre o administrador, a equipe de governo e a população, tem contribuído para uma acentuada melhoria da qualidade de vida das pessoas e ao mesmo tempo favorecendo o desenvolvimento de cada município.

É importante destacar que esses administradores chegaram a prefeitura com um discurso inovador e de transformações radicais na forma de administrar e possuem um nível intelectual bem acima dos tradicionais políticos locais que até então, administraram tais municípios.

Ao chegar à prefeitura esses administradores se depararam com muitos problemas a serem resolvidos, uma vez que os municípios encontravam-se inadimplentes em quase todos os convênios e empréstimos auferidos pelas administrações passadas, com salários do funcionalismo atrasados e a máquina administrativa sucateada. Inicialmente, os primeiros meses foram voltados para a arrumação da “casa”, como intuito de garantir condições mínimas para administrar. Aos poucos foram colocando os municípios em ordem, se percebendo facilmente as mudanças, pois as ruas foram limpas e bem cuidadas, os prédios públicos reformulados e limpos, os carros foram recuperados e dado início a muitas obras em todos os setores da administração pública.

Para tanto, as administrações recém empossadas, foram lutar, tanto a nível estadual quanto federal, por recursos que os referidos municípios estavam necessitando, pois a arrecadação municipal praticamente inexistia e os recursos oriundos se constituíam basicamente do FPM e estes estavam quase que totalmente comprometidos com o pagamento de salários dos servidores municipais, não havendo, portanto, disponibilidade financeira para investir em obras de infra-estrutura, assistência social, educação, saúde, esporte etc.

Diante dessa realidade, percebemos que ambas as administrações lançaram mão da proposta de governo que cada uma havia apresentado a população durante a campanha eleitoral e partiram para a elaboração de projetos fundamentais para o

desenvolvimento de cada município, encaminhando-os aos governos estadual e federal, visando à aquisição de verbas para a execução dos mesmos.

Nesses quase quatro anos de cada administração local a atenção das administrações esteve voltada principalmente para o social, a saúde, a educação a infraestrutura, o esporte, o lazer etc. Nesse sentido, constatamos que essas ações apesar de estarem presentes nos dois municípios, em Serra Caiada, justamente o mais carente e o que recebe menor receita, é onde as ações são mais sentidas. Assim sendo, passaremos a analisar as ações locais empreendidas pelo gestor deste município sem perder de vista que Monte Alegre também vem desenvolvendo um trabalho exemplar que tem favorecido a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores.

Assim, em Serra Caiada, durante todo esse período da atual gestão, segundo o Secretário de Administração, “o trabalho é constante, sem descanso, pois, caso contrário, não teríamos tido condições de colocar Serra Caiada na posição que se encontra atualmente. Com abnegação, dedicação, trabalho da administração local, da equipe e da população foi possível revertermos o quadro de penúria que vivia o município”. Dentre os principais programas desenvolvidos neste período segundo o mesmo secretário são os seguintes:

Na área social está sendo dada a atenção para os programas do idoso, do deficiente, da criança carente. Atualmente uma série de projetos dá assistência aos diversos segmentos da sociedade local, tais como: Projeto Renascer, atendendo a 400 idosos no qual são desenvolvidos atividades de lazer, caminhadas, passeios e café da manhã; Projeto Esperança no qual é dada assistência a 70 crianças carentes, através da abertura da Casa da Alegria; Projeto PETI dar assistência a 700 crianças com atividades das mais diversas, as quais passam um expediente na creche e outro na escola, sendo esta uma condição para participar do mesmo; Projeto Capoeira oferece oportunidade do jovem a praticar este tipo de esporte; Projeto Banda de Música forma turmas de alunos com a habilidade de tocar diversos instrumentos; Projeto Flauta Doce forma 120 crianças que estejam cadastradas no Projeto PETI; Cursos de artesanato para a população; Sópão Comunitário atendendo a aproximadamente 300 famílias; Programa do Leite com 650 crianças atendidas diariamente; Qualificação profissional para mais de 200 famílias.

Na área de saúde a administração tem realizado um trabalho singular. Mantém 7 médicos em diversas especialidades e 2 dentistas. Além destes, conta também com bioquímico, nutricionista, farmacêutico, enfermeiros e auxiliares, assistente social etc. Inicialmente municipalizou a saúde, adquiriu o hospital local pertencente a Paróquia e ampliou e equipou as dependências do mesmo, passando de 11 leitos para 28 e passou a dar atendimento 24 horas em todos os dias da semana, oferecendo assim a população uma

rede ambulatorial e hospitalar em total funcionamento. Adquiriu 2 ambulâncias e recuperou mais 2 que se encontravam sucateadas. Atualmente o Rio Grande do Norte apresenta uma média de 1.100 pacientes para cada leito hospitalar. A média de Serra Caiada encontra-se bem acima desse patamar, pois atinge um pouco mais de 250 pacientes para cada leito existente no referido município. Existem ainda 3 equipes do Plano de Saúde Familiar (PSF), sendo que 1 atua na cidade e 2 na zona rural. Cada equipe é formada por 1 médico, 1 enfermeiro e 1 auxiliar de enfermagem, que visitam sistematicamente cada localidade do município uma vez por semana. Quanto ao atendimento odontológico, além de ser diário na zona urbana, com 2 gabinetes, é feita uma visita às comunidades a cada 15 dias. Com relação à infra-estrutura, existiam apenas 4 unidades de saúde em todo o município, sendo 1 hospital e 1 centro de saúde na zona urbana e 2 postos de saúde na zona rural, atualmente a zona rural conta com 7 postos de saúde (PMSC, 2003).

Ainda com relação à saúde a prefeitura ampliou os programas de agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de endemias, implantação de 3 equipes de dentistas no Programa de Saúde Bucal, Convênios com a Liga Norte-rio-grandense e com o Consórcio Trairi/Santa Cruz, com garantia de atendimentos especiais que necessitem ser removidos da cidade para um centro mais avançado, transporte gratuito para pacientes em tratamento fora da cidade, aquisição de duas peruas Kombi para transporte de pacientes, qualificação para profissionais da área de saúde, implantação do curso auxílio CEFOP.

Com relação à educação o primeiro passo da administração local foi à restauração de praticamente todos os prédios escolares, tanto da zona urbana quanto rural. Atualmente o município conta com uma rede física escolar de 17 escolas, com uma matrícula 3.880 alunos. No início da administração essa matrícula ultrapassava um pouco mais de 2.000 alunos, distribuídos entre as redes estadual e municipal no ensino de pré-escola, 1º e 2º graus, além de educação de jovens e adultos. Visando o aperfeiçoamento e qualificação do seu quadro docente, a prefeitura assinou convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e implantou o pólo Pro-básica, oferecendo o curso de Pedagogia a todos os professores das redes estadual e municipal que, após um processo seletivo de vestibular, estão tendo oportunidade de se qualificar a nível superior, fato que se refletirá na melhoria da qualidade de ensino ministrado. É uma oportunidade impar, pois não é necessário o deslocamento do profissional para a capital para conseguir um diploma de graduação bem como não afeta o funcionamento do ensino, pois o professor continua com suas atividades de sala de aula (PMSC, 2004).

Ainda na área de educação a Prefeitura tem procurado incentivar e valorizar todas as manifestações culturais, promovendo eventos e ações que tem favorecido o acesso da população. Entre essas ações podemos destacar: promoção da semana da cultura, implantação do plano de carreira do magistério, implantação do programa de

alfabetização solidária, com uma matrícula de 797 alunos, implantação do Conselho Municipal de Educação, implantação do curso de capacitação de professores, ampliação do FUNDEF, distribuição de 3 mil kits escolares, aquisição de micro-ônibus, melhoria do transporte escolar, garantia de merenda escolar em todas as escolas e em todos os turnos de funcionamento.

Quanto à infra-estrutura e serviços até o presente já foram pavimentadas diversas ruas, com mais de 62 mil metros quadrados de pavimentação já concluída, além do rebaixamento de calhas para canalizar águas servidas, devido a inexistência de saneamento básico na cidade, construção de um ginásio poliesportivo, construção de um estádio de futebol, com arquibancadas gramado, vestiários luminárias e banheiros, construção do terminal rodoviário, asfaltamento das principais ruas da cidade, reforma do mercado público e construção de sua praça, reforma e ampliação da Escola Municipal Hermínio Ferreira, reforma da Escola Municipal Euclides Lins de Oliveira, entrega de 200 casas populares, construção de 4 quadras de esporte na zona rural, abastecimento de água tratada para todas as comunidades rurais, eletrificação rural, construção da praça Amélia Viana, Instalação dos terminais do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e do Bradesco, canalização do rio Catolé. Outra ação importante foi a limpeza pública. A mesma foi terceirizada, sendo feito um serviço de limpeza sistemático e um trabalho de conscientização junto à população local. A limpeza da cidade atualmente se constitui num diferencial importante para a administração em relação as anteriores, tendo em vista que a mudança na paisagem urbana é perfeitamente sentida pela população local e pelos que visitam a cidade. Atualmente está em construção uma praça de eventos e a reforma da praça Nossa Senhora da Conceição, localizada na extensão da principal artéria da cidade. A administração local atual elaborou junto a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e vem lutando junto a esfera federal no sentido de obter recursos para o saneamento básico para toda a cidade, pois devido a sua inexistência a população sofre com os problemas de esgotos a céu aberto, estando expostas a contrair doenças.

Outro aspecto prioritário na atual administração do município de Serra Caiada é com relação ao apoio dado ao esporte e a cultura. Lamentavelmente a cidade até então não dispunha de locais apropriados para a prática de esportes. Com o objetivo de solucionar essa problemática a prefeitura em apenas nos dois primeiros anos de administração, construiu 4 quadras de esporte na zona rural, 1 ginásio poliesportivo e um estádio de futebol com arquibancadas, gramado e iluminação na zona urbana, conforme já destacado anteriormente. Além disso, a administração atual lutou e conseguiu junto ao governo estadual a construção de uma quadra coberta na principal escola pública da zona urbana, se constituindo em mais uma opção para a prática de esporte na cidade.

Quanto à cultura, a administração tem procurado resgatar as tradições culturais locais, como o das festas juninas, e apoio às festas da Padroeira, de Natal e de Final de Ano, principalmente. Dentro da programação das festas juninas é organizado um festival de quadrilhas com desfiles estilizados e tradicionais. O festival tem crescido tanto que atualmente já está caracterizado como o maior São João da região, no qual desfilam a cada ano, nos seis dias do festival, uma média de 70 quadrilhas tanto locais quanto de diversas cidades do estado e de estados vizinhos entre tradicionais e estilizadas. Além disso, isto tem contribuído para difundir o nome da cidade regionalmente, tanto pelo festival como pela participação da nossa melhor quadrilha em outros festivais, nos quais a quadrilha tem sido sempre classificada entre as melhores.

Portanto, estas são as principais ações do trabalho desenvolvido no processo de gestão do território no município de Serra Caiada, que apesar de não ter apreendido a filosofia que caracteriza uma gestão participativa, tais ações vêm contando com a colaboração de segmentos da sociedade serracaiadense que foi decisiva para que ocorresse um processo de desenvolvimento local que tem favorecido a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Considerações Preliminares

Com base nessas principais linhas da administração local dos municípios de Serra Caiada e Monte Alegre na atualidade, as ações empreendidas, de certa forma, têm influenciado as cidades circunvizinhas, se constituindo como administrações que vêm dando certo, pois o intercâmbio entre o administrador e equipe de trabalho faz o diferencial. Além disso, é importante destacar que com poucos recursos é possível se fazer, desde que tenha vontade política e decisão em realizar obras e projetos que atendam as necessidades reais da população. Com efeito, percebemos nos dados oficiais, um aumento considerável nos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos últimos anos dos dois municípios e um aumento substancial da participação da população nos serviços de saúde, educação, assistência social, lazer etc., principalmente em comparação com os períodos que marcaram as últimas administrações dos referidos municípios. É de surpreender, pois, conforme vimos, os municípios estão encravados em uma Microrregião com problemas sócio-econômicos graves, com elevados índices de pobreza e de subdesenvolvimento. Graças à ação do poder local, voltado para solucionar os reais problemas da população e do município, tem, ao longo desse período revertido a situação de penúria que até então vivia a população local, fazendo com que esses municípios se destaquem como exemplo de administrações que vem dando certo no contexto regional.

Com base no estudo da gestão do território dos municípios em pauta, percebemos que o gestor público deve exercer o papel de articulador e facilitador das ações

de desenvolvimento local, visando a melhoria da qualidade de vida e promover a cidadania de sua população. Para que haja desenvolvimento local faz-se necessário o engajamento da maioria dos segmentos sociais, e ampla participação do poder público, no intuito de fomentar tal desenvolvimento.

É importante destacar que com poucos recursos é possível se desenvolver, desde que exista por parte dos gestores locais vontade política e decisão em realizar ações que atendam as necessidades reais da população e amenizem o quadro de pobreza existente, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade de vida da população, exercendo assim a sua cidadania.

Nesse contexto, a atuação do gestor local deve estar calcada na estrutura social e organização econômica local, fato que pode variar de cidade para cidade em função do tamanho e da complexidade das relações sociais, tanto relacionadas ao aspecto econômico quanto na participação dos diversos segmentos sociais no processo de gestão do território.

Neste sentido, o gestor local, “mais do que um agente realizador do desenvolvimento deve funcionar como um articulador e facilitador das ações de desenvolvimento” (DOWBOR, 2003, p. 1). É importante que essas ações não possam e nem devam ocorrer como monopólio do poder público, mas como um dos múltiplos agentes engajados no processo de desenvolvimento local incorporado pela sociedade que busque soluções definitivas aos problemas vivenciados pelos segmentos dessa mesma sociedade.

Segundo o mesmo autor a busca de soluções exige um grau elevado de informações e para tanto, é necessário, através de pesquisa, diagnosticar a realidade existente com apoio da sociedade. Somente assim é possível estabelecer um planejamento e conduzir ações com vistas ao desenvolvimento. Realizar pesquisa, produzir socialmente um diagnóstico da pobreza e da exclusão social é uma ação importante para superar as limitações ao desenvolvimento local. É importante termos o cuidado de que paralelo ao crescimento de uma determinada área, não ocorra um crescimento dessa exclusão social, da desigualdade social, da concentração de renda, da dependência. É preciso que o desenvolvimento de uma determinada área, e em particular de um município, não signifique, por si só, a reprodução do capital, mas acima de tudo, um desenvolvimento com mais justiça social e melhor qualidade de vida para todos os segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. A gestão participativa das políticas públicas: o desafio para os municípios do Nordeste. In: **Cadernos Adenauer III**, Rio de Janeiro, n. 5, dez. 2002.

BAVA, Silvia Caccia. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social? In: **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 53-59, jul.set. 1996.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento Local e democratização dos espaços rurais. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr 2000.

CLEMENTINO, Maria do Livramento de Miranda. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONCALVES, Maria Flora; BRANDAO, Carlos Antonio; GALVAO, Antonio Carlos (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: ANPUR; UNESP, 2003, p. 387-404.

COSTA, Ademir Araújo da. **A Verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal** (Tese Doutorado em Geografia) UFRJ/CNMN, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Frederico Lustosa da; CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. Pensar o desenvolvimento a partir do local: no desafio para os gestores públicos. In: VERGARA, Silvia Constant; CORREA, Vera Lúcia de Almeida (orgs.). **Proposta para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DOWBOR, Ladislau. <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/Do53.htm>. Acesso em: 9 out 2003.

_____. **Desenvolvimento e ações do governo local**. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/Do54.htm>. Acesso em: 04 nov 2004.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2000.

MONTÁGUA, (1998). **Existem ou não praticas de desenvolvimento local no país?** Disponível em: www.in-loco.pt/inlocoPublic/red_edO5.htm> Acesso em: 04

nov 2004.

PAULICS, Veronika. **Desenvolvimento local e redes de solidariedade**. Disponível em: www.polis.org.br/publicacoes/artigos/veronikamala.html> Acesso em: 04 nov 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA. **Relatório anual de atividades**. Secretaria Municipal de Educação, Serra Caiada, 2003.

_____. **Demonstrativos de matrículas iniciais**. Secretaria Municipal de Educação de Serra Caiada, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de desenvolvimento econômico e meio ambiente. **Classificação sócio-econômica dos municípios do Rio Grande do Norte**. Natal, 1998.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de desenvolvimento econômico e meio ambiente. **Perfil do seu município**. Natal, 2003a (Serra Caiada)

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de desenvolvimento econômico e meio ambiente. **Perfil do seu município**. Natal, 2003b (Monte Alegre).

SALGADO, Silvia Regina da Costa. Experiências municipais e desenvolvimento local. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 1 n.º 3, p. 48-52, jul./set. 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In: **Território**. LAGET/UFRJ Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 1996.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: **Território**. LAGET/UFRJ, v. 2, n. 3, jul./dez., 1997.